

FAACZ - FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ

FABRÍCIA LEMOS GRATZ

GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS FINANCEIROS PESSOAIS

ARACRUZ

2017

FABRÍCIA LEMOS GRATZ

GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS FINANCEIROS PESSOAIS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Izaque V. Ribeiro

ARACRUZ

2017

**FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Autorização: Portaria MEC nº 186 de 06/03/1998
Portaria MEC nº 705, de 18/12/2013, publicado no D.O.U. de 19/12/2013

Fabírcia Lemos Gratz

GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS FINANCEIROS PESSOAIS

Esta Monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Aracruz, sendo **AVALIADA** pela banca constituída pelos professores mencionados abaixo:

Aracruz, ____ de Novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Professor (A) Orientador(A): Msc Izaque Vieira Ribeiro

Professor(a) Examinador(a): MSC Adriano Rui

Professor (a) Examinador (a): MSC Robson Moro Aioffi

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia e a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a quem me fez alcançar mais uma vitória em minha vida, Deus.

À família, em especial, minha mãe, Lúcia e meu pai Aldemir (in memoriam), por acreditar no meu sonho, pelo apoio e nunca me deixar desistir durante todo o processo e desenvolvimento deste trabalho

Agradeço aos meus amigos (as), por me ensinarem a descobrir o verdadeiro significado da palavra amizade.

Agradeço ao Professor e Orientador Izaque V. Ribeiro pela clareza e objetividade nas análises e pela dedicação dispensada.

A todos os professores que me instruíram nestes quatro anos de curso.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

(Arthur Shopenahuer)

RESUMO

Este trabalho consiste em apresentar ferramentas e informações de aplicações financeiras pessoais para aumentar o capital aplicado. Em um primeiro momento apresentam-se conceitos sobre planejamento financeiro, o que é finanças, finanças pessoais, gestão financeira. Embasado nisso, ressalva em exercer a gestão das finanças pessoais. A partir desses estudos são apresentados o perfil do investidor, o risco e o retorno que cada um é capaz de correr de acordo com o perfil. Serão apresentados tipos de investimentos e simulação dos mesmos. Após serem realizadas as simulações dos variados tipos de investimentos, serão analisados qual o melhor tipo disponível no mercado.

Palavras-chave: Planejamento financeiro. Finanças. Finanças pessoais. Perfil do investidor. Risco e retorno.

LISTA DE SIGLAS

CEF	Caixa Econômica Federal
CDB	Certificado de Depósito Bancário
LCI	Letra de Crédito Imobiliário
API	Análise De Perfil Do Investidor
CMV	Comissão De Valores Mobiliários
PF	Pessoa Física
LCA	Letra De Crédito De Agronegócios
TR	Taxa Referencial
BC	Banco Central
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CPF	Cadastro De Pessoa Física
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
LH	Letras Hipotecárias
LTN	Letras Do Tesouro Nacional
BTN	Bônus do Tesouro nacional
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Hierarquia das necessidades de Maslow.....	18
Figura 2 – Portal do investidor.....	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – IR sobre o Rendimento.....	38
Quadro 2 – Fluxo de Pagamento Simples.....	42
Quadro 3 – Valor Futuro do Investimento com Capital de R\$ 5.000,00.....	52
Quadro 4 – Valor Futuro do Investimento Demonstrado em Gráfico.....	53
Quadro 5 – Valor Futuro do Investimento com Capital de R\$ 10.000,00.....	53
Quadro 6 – Valor Futuro do Investimento Demonstrado em Gráfico.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO	17
2.1 PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE CURTO PRAZO.....	19
2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE LONGO PRAZO.....	20
2.3 O QUE É FINANÇAS.....	21
2.4 FINANÇAS PESSOAIS.....	22
2.5 GESTÃO FINANCEIRA.....	22
3 PERFIL DO INVESTIDOR	24
3.1 PERFIL CONSERVADOR.....	25
3.2 PERFIL MODERADO.....	26
3.3 PERFIL ARROJADO.....	26
3.4 PERFIL MODERADO-AGRESSIVO/ARROJADO.....	27
4 RISCO E RETORNO	28
4.1 RETORNO.....	28
4.2 RISCO.....	28
4.3 RISCO E RETORNO NA GESTÃO FINANCEIRA.....	29
4.4 COMO DIMINUIR O RISCO.....	31
5 OPÇÕES DE INVESTIMENTO	32
5.1 TÍTULOS DE RENDA FIXA.....	33
5.1.1 Caderneta de poupança	34
5.1.2 Certificado de depósito bancário	35
5.1.3 Letra de crédito imobiliário	35
5.1.3.1 Prazos.....	36
5.1.3.2 Tributação.....	36
5.1.3.3 Aplicação mínima.....	37
5.1.4 Letras de crédito do agronegócio (LCA)	38
5.1.5 Letra hipotecária (LH)	40
5.1.6 Letras do Tesouro Nacional (LTN)	41
5.1.7 Bônus do Tesouro Nacional (BTN)	42
5.2 TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL.....	43
5.2.1 Ações	43

5.2.2 Derivativos.....	45
5.2.3 Câmbio.....	47
5.2.4 Fundos de ações.....	49
6 SIMULAÇÕES DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	51
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

Ao que tudo indica, de acordo com Macedo Junior (2007), a maioria da população brasileira tem problemas financeiros como dívidas, dificuldades para adquirir bens e despreparo em momentos de desemprego. Crédito fácil e descontrole financeiro são alguns dos motivos que levam pessoas a se endividarem.

Mais que uma necessidade básica, o dinheiro determina a qualidade de vida e liga significados como sucesso, poder estabilidade, tranquilidade e prazer.

Porém, o mais adequado seria possuir o conhecimento de como administrá-lo e ter consciência da importância de se ter um planejamento contínuo. Apesar disso, o sistema educacional brasileiro não proporciona essas informações, cabendo o ambiente familiar a responsabilidade e o interesse do indivíduo adquiri-lo.

No Brasil, ainda não existe de fato a prática da educação financeira. Pessoa alguma aprende como lidar com dinheiro na escola, no trabalho e muito menos em casa, onde começa todo o processo educativo. Salvo em honrosas exceções(...). Aprender a lidar com dinheiro é uma coisa muito séria. É urgente o aprendizado, porque no Brasil já se perdeu muito tempo na ignorância. (ACCIOLY,2007).

Gerir os recursos financeiros pessoais é um tema que vem se destacando no cenário de cada indivíduo. Em países onde a economia não é estável, existe ainda uma preocupação maior em relação à situação financeira. Na realidade brasileira, de acordo com SILVA (2004), as pessoas não foram educadas para refletir sobre o dinheiro. A maioria gasta o que tem de forma desgovernada sem pensar no cenário que pode haver no futuro e os impactos financeiros.

Poupar é muito importante, mas não é o suficiente para se manter uma vida estável financeiramente. E preciso saber investir. As sobras do orçamento muitas vezes são aplicadas na caderneta de poupança devido a falta de entendimento do aplicador, sendo que tem outras opções de investimento que poderiam ter um retorno maior. A crença é de que esta é o tipo de aplicação que mais persiste no mercado financeiro. De acordo com uma publicação (GLOBO.COM,2007) "Nem a mudança no cálculo da Taxa Referencial, que reduziu o rendimento da poupança em relação a outros investimentos de renda fixa, está atrapalhando o crescimento da aplicação"

A prática de poupar é raro. Isso em parte pela convicção de que não há dinheiro a disposição para se aplicar. Porém a verdade é que mesmo um valor baixo poupado continuamente e bem investido pode mudar a realidade financeira diferente da vivida anteriormente a esse hábito de poupar, sendo apenas se organiza e planejar.

“Talvez a razão mais importante para conhecer finanças é a de que você terá que tomar decisões que serão muito importantes em termos pessoais” (ROSS, 2000, p. 38)

Para o desenvolvimento e entendimento do tema proposto, inicialmente são apresentados alguns conceitos, como planejamento financeiro pessoal, caracterizar o perfil de cada investidor, identificar instrumentos financeiros que o mercado disponibiliza para os indivíduos, conceituar risco e retorno. Visto isso, parte-se para efetuar simulações de aplicações financeiras, podendo observar como é importante pesquisar os tipos de aplicações e seus rendimentos futuros.

Visto isso, essa pesquisa busca respostas, a partir dos elementos apontados acima, para o seguinte problema científico: **Como gerenciar de forma eficiente os recursos financeiros pessoais disponíveis a fim de maximizar os retornos financeiros do capital investidos?**

Para a obtenção da resposta ao problema enunciado, trabalharemos com os seguintes objetivos:

Geral: **Descrever como o gerenciamento eficiente dos recursos financeiros pessoais disponíveis podem maximizar os retornos financeiros do capital investidos.**

Específicos:

- a) caracterizar planejamento financeiro pessoal.**
- b) caracterizar os perfis dos investidores.**
- c) caracterizar risco e retorno.**
- d) identificar instrumentos financeiros disponíveis no mercado.**

e) efetuar simulações de aplicações financeiras.

A educação financeira é um meio eficaz para as pessoas aprenderem de forma eficiente a equilibrar as despesas.

É importante saber agir diante de dívidas e entender como é importante e vantajoso se planejar e entender os diversos tipos de investimentos e aplicações financeiras, de forma a acompanhar a finança pessoal e familiar.

Para Frankenberg(1999, p 31), “planejamento financeiro significa estabelecer e seguir estratégias que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família.

Muitas vezes não se tem conhecimento da eficiência de se manter uma reserva financeira, tanto para realizar sonhos e projetos e assim reduzindo os riscos de tempos incertos. E com isso a mudanças de alguns hábitos são necessários para se manter uma vida estável após não está mais ativo(a) no mercado de trabalho.

Acredita-se que com estudos de onde e como aplicar as economias pode alcançar a tranquilidade financeira, para isso é necessário estar atentos a armadilhas desse mundo globalizado, gastos desnecessários e ausência de reservas.

E com esse estudo veremos como investir e os conceitos de diversos tipos de aplicações e qual é melhor para cada tipo de indivíduo de acordo com cada disponibilidade de investimento.

“É através do planejamento Financeiro e Orçamento que se poderão visualizar as medidas que deverão ser executadas, bem como as expectativas a respeito do futuro.” (Zdanowick, 1998, p. 16)

Os capítulos têm por objetivo apresentar os principais conceitos, obtidos através de uma pesquisa bibliográfica. Na Pesquisa Bibliográfica é onde será apresentado o referencial teórico sobre o tema exposto. É nele que será baseado o estudo. Consistem em levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações sobre o assunto (GIL, 1999).

Através do planejamento financeiro pessoal. Essa pesquisa abrange tópicos de finanças, finanças pessoais, planejamento financeiro pessoal e gestão financeira.

O objetivo da ciência é encontrar a verdade dos fatos. O método científico é forma de descrição dos procedimentos técnicos e intelectuais utilizados que, por sua vez, tem a finalidade de garantir sua verificação para que seja considerado como ciência (GIL, 1999).

Este trabalho terá como principal fonte de pesquisa materiais impressos, como livros sobre o tema e materiais contidos em sites de economia e outros que tratem do assunto. A coleta de dados e levantamento das informações será pelo processo de pesquisa bibliográfica.

2. PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Planejamento financeiro vai muito além do controle das despesas, envolve controle de gastos, definição e revisão periódica de metas, investimentos e avaliação dos progressos que estão sendo feitos, deve ser elaborado a curto, médio e longo prazo, sendo flexível e alterado de acordo com os objetivos e expectativas de cada pessoa.

Este planejamento envolve questões financeiras, sociais, culturais e psicológicas e para que seja eficiente é necessário o conhecimento de algumas técnicas contábeis e noções do mercado financeiro. Quanto maior for o conhecimento econômico e financeiro de uma pessoa, maiores serão suas chances de êxito do seu planejamento financeiro ao longo da vida.

Para Nakagawa (1993, p.48), “planejamento é o ato de tomar decisões por antecipação à ocorrência de eventos reais, e isto envolve de uma entre várias alternativas de ações possíveis. ”

De acordo com Frankenberg (1999, p.31), planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazo, e não é tarefa simples atingi-la.

Planejamento financeiro pessoal é o trabalho de organizar as informações relevantes para que se obtenha saúde financeira no controle e gestão das finanças pessoais.

Estabelecendo objetivos, etapas, prazos e os meios necessários para garantir a proteção e estabilidade do patrimônio pessoal.

Planejamento financeiro tem por objetivo organizar a vida financeira de forma que você possa sempre ter reservas para os imprevistos da vida e, sistematicamente, construir uma independência financeira que garanta na aposentadoria, uma renda suficiente para uma vida tranquila e confortável.

Dá condições ao cidadão ou o grupo familiar adequar suas rendas as suas necessidades. Para isso é indispensável o melhor entendimento de todos que estão a envolvidos do mesmo orçamento, no sentido de conhecer seu potencial

econômico, ter noção de valores e estabelecer metas, prioridades e prazos para a realização.

Organizar, seguir e desenvolver o planejamento financeiro pessoal e familiar pode ser o caminho mais curto entre a satisfação das necessidades fisiológicas (comida, água e abrigo), base da pirâmide de necessidades de Maslow (figura 1), é a necessidade de auto realização que figura no topo da pirâmide e cujo conceito é o desenvolvimento e realização pessoal.

Figura 1 – A Hierarquia das necessidades de Maslow



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres>

O objetivo do planejamento pessoal é, além de, acumular reservas que ajudarão na realização dos objetivos definidos para os diferentes períodos da vida do cidadão é proporcionar estabilidade financeira para o caso de vir, este, a enfrentar dificuldades, como por exemplo, a perda do emprego.

A eficácia de um planejamento passa pela capacidade da pessoa ou família gerar renda. Por isso a importância de determinar objetivos e prazos compatíveis ao

orçamento familiar. Os objetivos estabelecidos poderão ser facilmente atingidos se organizados dentro do planejamento em curto e longo prazo, contemplando no curto prazo as necessidades da base da pirâmide de Maslow apresentada na figura 1 e estipular prazos mais longos para satisfações que demandem maiores recursos.

2.1 PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE CURTO PRAZO

Conforme Gitman (1997, p.588) “os planos financeiros de curto prazo, são ações planejadas para um período curto (de um a dois anos) acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros”.

Deve contemplar as necessidades básicas do cidadão. Como por exemplo:

- determinar percentual do orçamento para alimentação e moradia;
- adequar as despesas ao orçamento;
- suprimir gastos com supérfluos;
- buscar opções de produtos, serviços e lazer mais acessíveis;
- estabelecer parcela do orçamento que será destinada à formação de poupança;
- definir investimentos em formação, como: frequentar uma escola pública ou particular, fazer uma especialização, aprender um idioma;
- programar uma viagem de férias;
- pagar um consórcio de carro ou imóvel;
- trocar móveis e eletrodomésticos.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO DE LONGO PRAZO

Segundo Gitman (1997, p.588) “os planos financeiros de longo prazo, são ações financeiras projetadas para um futuro distante acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. Tais planos tendem a cobrir um período de dois a dez anos”.

A longo prazo os planejamentos deverão conter projetos que demandem maior capital financeiro e por esta razão exigem maior disciplina e orientação, pois com o passar do tempo tanto os objetivos podem ser alterados, quanto às reservas constituídas não serem suficientes para o propósito planejado em decorrência de supervalorização do objeto pretendido ou a remuneração efetiva das reservas ficar aquém da inflação e com isso o poder aquisitivo não alcançar o estágio esperado. Exemplos de projetos de longo prazo:

- aquisição ou troca de imóvel;
- ter um carro de luxo;
- plano de previdência privada;
- compra de um imóvel no campo, serra ou praia;
- ser milionário e viver de rendas (aluguéis e/ou dividendos de ações);
- aposentadoria.

Conforme já foi citado o planejamento financeiro pessoal e familiar deve ser compatível com a capacidade de geração de renda do planejador, pois de outra forma poderá gerar frustração e abandono dos objetivos.

O planejamento financeiro pessoal não é paralisar, deve ser estudado constantemente e ajustado conforme a realidade de acordo com a situação, expectativas e necessidades dos membros vinculados ao orçamento objeto do planejamento.

É possível fazer uma proximidade entre finanças pessoais ou da família com as finanças empresarias, pois segundo Bodie; Merton (2002) existe uma gama de motivos para alguém despertar o desejo de estudar finanças e um dos motivos elencados por ele é para saber administrar os próprios recursos. Nessa

administração de recursos pessoais está relacionado às decisões financeiras das famílias para fazer escolhas coerentes com a situação atual vivida.

2.3 O QUE É FINANÇAS

O termo finança provém do francês finance e refere-se ao compromisso que assume um sujeito para responder à sua obrigação para com outra pessoa. O conceito também se refere às posses, aos bens e aos cofres do Estado (tesouro nacional).

Na expressão do dia-a-dia, conhece-se como finanças o estudo da movimentação do dinheiro entre os particulares, as empresas ou os vários Estados. Diante disso, as finanças surgem com um ramo da economia que se propõe a avaliar como são obtidos e geridos os fundos. Noutros termos, as finanças tratam da gestão do dinheiro.

A percepção de finanças pessoais refere-se, em linhas gerais, ao dinheiro de que precisa uma família ou um lar para a sua subsistência. As pessoas devem analisar como obter esse dinheiro e como salvaguardá-lo em situações imprevistas (como, por exemplo, em caso de despedimento laboral e de desemprego). Outras aplicações das finanças pessoais são possíveis em termos de capacidade de poupança, despesas e investimentos.

As finanças corporativas, por sua vez, dizem respeito às formas que têm as empresas para criar valor através do uso de recursos financeiros. Investimento, financiamento, benefícios e dividendos são alguns dos conceitos vinculados a esta área.

A educação financeira é importantíssima para a toda nossa vida, Ross descreve (p 38) que é a razão mais importante para conhecermos de finanças é a de que teremos que tomar decisões financeiras que serão muito importantes em termos pessoais, assim como Martins expõe sobre esse assunto em seu livro Educação para Todos (p 57), ele defende que é importante tomar consciência da necessidade da alfabetização financeira, e grande parte da população não estão interessadas em conhecer finanças, achando que ela somente é importante para os profissionais que

lidam com dinheiro; KIYOSAKI, em sua obra Pai Rico, Pai Pobre, descreve que o dinheiro vem e vai, mas se você tiver sido educado quanto o funcionamento do dinheiro, você adquire poder sobre ele e pode começar a construir riqueza, ou seja, devemos sim nos educar financeiramente.

2.4 FINANÇAS PESSOAIS

Finanças pessoais é a disciplina que estuda como aplicar os conceitos financeiros e empresariais nas decisões financeiras de uma pessoa ou família. Nesse termo são considerados todos adjetivos da família e os variados acontecimentos financeiros que a mesma atravessa.

Como nas organizações as finanças de uma casa também precisam de organização e controle, sendo esse o principal ponto para começar a organizar as finanças pessoais, sem sequencia tem que se saber o tamanho das dívidas, prazo para pagamento das obrigações, qual o valor disponível, gastos fixos e variáveis e outros detalhes das finanças que permitirá melhor diagnóstico da situação financeira.

2.5 GESTÃO FINANCEIRA

Gestão financeira é tudo que se referem a investimentos, despesas-fixas e variáveis, lucros, empréstimos, financiamentos e valor patrimonial da empresa.

Para que a gestão financeira ocorra de forma objetiva tem um profissional cujo nome é gestor financeiro, ou seja, ele é responsável por gerenciar as finanças de uma empresa ou organização. É ele que analisa os resultados e planeja as ações necessárias para eventos futuros.

Como numa empresa quanto na vida familiar a falta de gestão financeira pode acarretar perda de dinheiro e até mesma falência no caso de uma empresa. Não acompanhar as receitas e despesas pode ser prejudicial a vida financeira, é necessário avaliar constantemente as ações financeiras para que não ocorra a falência tanto familiar quanto empresarial.

Os objetivos ajudam na melhor decisão na hora de investir, pois indicam valores e prazos. Por exemplo, na compra do computador em até um ano, é o objetivo de curto prazo e valor monetário baixo. Sendo assim, pode-se optar por uma aplicação de curto prazo, pois o capital investido não permanecerá por muito tempo, e permite movimentações baixas, pois o montante/mês a ser poupado para esse fim será baixo. KIYOSAKI(2002) afirma que as pessoas investem por dois motivos básicos: poupar para aposentadoria e ganhar dinheiro.

De acordo com LUQUET(2002, p. 17), outra forma de estruturar os objetivos, é dividi-los em duas categorias: preservação ou aumento de capital.

Se você está apenas querendo preservar seu capital, deve deixar o dinheiro em aplicações de renda fixa. Mas se você quer um aumento do capital investido, opte por deixar uma parcela do dinheiro em aplicações de maior risco, como ações, que podem fazer seu patrimônio crescer no longo prazo.

Conforme STONER (1985), os objetivos são importantes por pelo menos quatro razões. A primeira delas coloca que eles propiciam um senso de direção, o que reforça a motivação. A segunda razão indica que os objetivos focalizam os esforços. Como os recursos são normalmente escassos, é importante definir prioridades no momento de empregá-los.

A terceira razão aponta que os objetivos guiam nossos planos e decisões. Ao se possuir metas bem estabelecidas, torna-se mais seguro o processo de tomada de decisão, sendo a escolha mais adequada a que estiver contribuindo com o(s) objetivo(s).

E, por último, os objetivos ajudam a avaliar progresso. Um objetivo claramente estabelecido e mensurável, com um prazo final específico, se torna um padrão de desempenho que permite aos indivíduos avaliarem seu progresso. Assim, os objetivos são uma parte essencial do controle, o processo de garantir que as ações correspondam aos objetivos e planos criados para alcançá-los. Com qualquer insucesso ou imprevisto, as ações podem ser reformuladas.

3 PERFIL DO INVESTIDOR

Para que se possam aplicar os recursos financeiros com segurança é preciso que o investidor saiba em qual perfil o mesmo se encaixa, essa identificação de perfil do é necessário para que o investidor possa saber os tipos de riscos que ele está disposto a correr, o quanto ele está disposto a perder, qual será o retorno esperado e em qual prazo. Depois de realizado esse estudo é possível buscar as melhores opções de investimento de acordo com o perfil, evitando surpresas negativas no futuro. Diante disso, é sugerido ao futuro investidor que faça um teste para identificar seu perfil e os melhores investimentos para ele.

Esse teste citado acima consiste em responder a um questionário elaborado pelas instituições financeiras do varejo intitulado de API (Análise de Perfil do Investidor), a fim de adaptar os investimentos feitos no varejo a expectativas e momentos de cada um. É um dispositivo para identificar o perfil de cada investidor, auxiliando-o na melhor escolha de produtos para se aproximar ao máximo aos seus objetivos, tolerância a risco e expectativas de investimento. A Anbima (2014), em seu guia de melhores práticas, afirma que para a definição do perfil, deverão ser abordados alguns aspectos como: experiência em relação a investimentos, horizonte de tempo, objetivos de investimentos, tolerância ao risco. Os questionários são gerados a partir desses aspectos básicos, que ao serem aplicados aos futuros investidores, exigirão reflexões que envolvem algumas perguntas como: idade, grau de escolaridade, quanto possui disponível para investir, quanto compromete do seu salário com despesas mensais, quais experiências anteriores com investimentos, prazo que pretende ficar no investimento, o que pretende fazer com o dinheiro, se está preparado para perder parte de seu investimento e se costuma se informar sobre o mercado financeiro. (COMO INVESTIR, 2014a).

Mundialmente, essa análise apresenta a denominação de *Suitability*, que significa adequação. No Brasil foi estabelecido pelo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em 2010, criado para que as Instituições Financeiras adotem práticas de avaliação de perfil de risco, com o objetivo de verificar a adequação dos produtos de investimento ao perfil do investidor.

Após a análise do perfil (API), o futuro investidor encontrará o resultado apontando o seu perfil e, normalmente, os investimentos que serão adequados àquele perfil. A maioria das instituições financeiras aplica esse questionário aos seus correntistas, que acaba servindo como base para ofertar investimentos adequados ao aplicador.

Em julho de 2015, a aplicação do questionário passou a ser obrigatória para todas as instituições financeiras (Instruções Normativas da CVM nº 539/2013 e nº 554/2014).

O perfil do investidor normalmente é dividido em conservador, moderado e arrojado, sendo o último algumas vezes dividido em arrojado e agressivo. Alguns autores diferenciam denominações ou acrescentam alguns perfis além desses. Entretanto, todos destacam que existem perfis mais dispostos a correr riscos, perfis que estariam mais ou menos dispostos ao risco, e os avessos a esse risco.

A seguir estão listados os principais perfis. O perfil arrojado foi dividido em dois outros perfis conforme definições diferentes dos autores.

3.1 PERFIL CONSERVADOR

O investidor com o perfil conservador procura a segurança como decisão das aplicações a serem realizadas. Buscam a preservação do capital e possuem baixa tolerância ao risco. De acordo com análise do Banco Santander (2014), nesse perfil podem ser encontrados aqueles dispostos a correr mais riscos para obter rendimentos diferenciados, mas que têm necessidade de sacar seus recursos em um período curto de tempo. De acordo com avaliação da CEF - Caixa Econômica Federal (2014), esse perfil sente-se confortável ao saber que, no final de cada mês, encontrará seu dinheiro seguro e que sua tranquilidade estará garantida, mesmo com notícias negativas sobre o mercado.

Nesse caso, é importante manter um percentual maior da carteira de investimentos em produtos de baixo risco. Esse perfil permite que se invista uma pequena parcela em produtos que ofereçam níveis de riscos diferenciados, a fim de atingir ganhos melhores no longo prazo (Banco do Brasil, 2014). De acordo com XPI (2014), busca

preservar seu patrimônio através de investimentos sólidos e que dão retorno em longo prazo. Para CEF (2014), os investimentos apropriados para esse perfil são os classificados como risco muito baixo, baixo ou médio com pouca chance de perda. Nesse âmbito, encontram-se investimentos em poupança, CDB, LCI ou títulos públicos, fundos de renda fixa, referenciados ou de curto prazo. Para XPI (2014), a carteira de um investidor conservador deve ser composta de: 30% em fundos de renda fixa, 45% em ativos de renda fixa, 10% em fundos multimercado, 10% em fundos de ações e 5% em previdência privada,

3.2 PERFIL MODERADO

No perfil moderado, o investidor prioriza a segurança nos investimentos, mas também está aberto a investir em produtos um pouco mais arriscados que possam gerar melhores retornos a médio e longo prazo (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014). Aceitam assumir baixo risco. Por apresentarem baixa necessidade de liquidez no curto prazo, há possibilidade de diversificar as aplicações em alternativas mais arrojadas, não diretamente no mercado de ações (SANTANDER, 2014). O Banco do Brasil (2014) sugere que entre os investimentos um pouco mais arrojados, estejam os em renda variável e afirma que nesse perfil, diversificar os recursos é a melhor estratégia de investimentos.

A Caixa Econômica Federal (2014) indica investimento em ativos de risco muito baixo, baixo e médio, como: poupança, CDB, LCI e alguns fundos. E parte pode ser aplicada em investimentos moderados. Já a XPI (2014) sugere uma composição de carteira seguida por 10% em fundos de renda fixa, 30% em ativos de renda fixa, 15% em fundos multimercado, 10% em fundos imobiliários, 30% em ações e 5% em previdência privada.

3.3 PERFIL ARROJADO

Esse perfil apresenta definições variáveis, sendo algumas vezes apresentado somente como arrojado, ou sendo dividido em arrojado e agressivo, ou moderado-agressivo e agressivo.

3.4 PERFIL MODERADO-AGRESSIVO/ARROJADO

O investidor com o perfil arrojado procura maiores ganhos e está disposto a correr mais riscos. Segundo análise da Caixa Econômica Federal (2014), conhece o mercado e as opções de investimentos que existem, está sempre em busca de novas alternativas de investimentos e pensa no futuro. Gosta de desafios e busca investimentos de médios e longos prazos. Para XPI (2014), ele tem ciência que pode perder parte ou totalidade dos recursos aplicados, mas prefere manter o investimento a fim de obter ganhos maiores no mercado.

Busca ganhos em médio prazo. Para XPI, a carteira pode ser composta em 10% em fundos de renda fixa, 20% em ativos de renda fixa, 10% em fundos multimercado, 15% em fundos imobiliários, 40% em ações e BM&F, 5% em previdência privada.

De acordo com Santander (2014), é um perfil que tem alta tolerância a riscos e baixa ou nenhuma intenção de liquidez no curto e médio prazo. Está disposto a aceitar as oscilações dos mercados de risco e possíveis perdas na busca do retorno diferenciado no longo prazo.

Para o banco, os melhores investimentos são em maior parcela em fundos multimercado e ações. Mesmo assim, investir algum recurso em aplicações conservadoras é sempre recomendado. O Banco do Brasil (2014) defende o mesmo, ou seja, aplicar uma parcela em produtos de baixo risco, a fim de manter o patrimônio.

Segundo a Caixa Econômica Federal (2014), esse perfil não tem medo de correr risco para conseguir a máxima rentabilidade, investindo parte significativa de seus recursos em aplicações que oscilam muito e menor parcela em aplicações seguras. Consegue sentir-se confortável em flutuações do mercado e percebe compensações no futuro. Para XPI (2014), o perfil agressivo tem total conhecimento do mercado de capitais e busca retornos expressivos a qualquer risco. A composição de carteira

sugerida é 10% em ativos de renda fixa, 15% em fundos imobiliários, 10% em fundos multimercado, 60% em ações e BM&F e 5% em previdência privada.

4 RISCO E RETORNO

Para quem está iniciando o investimento por agora, o entendimento claro da relação entre risco e retorno é muito importante para evitar insatisfação nos investimentos. Infelizmente não é possível esperar grandes rentabilidades sem se arriscar.

O intuito deste capítulo é mostrar como funciona essa associação e como é possível diminuir os riscos de certos investimentos ou, pelo menos, saber como monitorá-los. E para os que querem começar a investir, mas não sabem por onde começar e, ao mesmo tempo, querem obter o maior retorno com menos tempo de capital investido.

4.1 RETORNO

O retorno sobre o investimento é o retorno de um ativo ao longo de um período de tempo. Analistas e investidores profissionais usam retornos, junto com dados econômicos e da indústria, para estimar taxas de retorno futuras. Você pode usar resultados reais e retornos estimados para avaliar vários ativos, como ações e títulos, bem como diferentes títulos dentro de cada categoria de ativos. Este processo de avaliação ajuda você a escolher a combinação certa de títulos para maximizar os retornos durante o seu horizonte de tempo de investimento.

Em empresas, o retorno sobre um investimento se dá pelo quanto esse investimento aumentará os lucros e a produção da empresa.

4.2 RISCO

Se você sempre recebe exatamente o que esperava de uma aplicação financeira, está trabalhando livre de risco. Entretanto todos os investimentos trazem surpresas decorrentes de eventos inesperados. Risco é a parcela inesperada do retorno de um investimento. (HALFELD, 2004, P. 86)

O risco é a perspectiva de que os retornos reais sejam inferiores aos retornos históricos e esperados. Os fatores de risco incluem variação do mercado, inflação, deterioração dos fundamentos do negócio, baixa produtividade de um funcionário, quebra de equipamento, desgaste do equipamento, etc. As recessões nos mercados financeiros também afetam os preços dos ativos, mesmo que os fundamentos permaneçam sólidos. A inflação leva a uma perda de poder de compra para seus investimentos e resultam em lucros mais baixos e despesas elevadas. Os fundamentos do negócio podem sofrer com o aumento das pressões competitivas, maiores despesas com juros, problemas de qualidade e incapacidade de gerenciamento para executar planos estratégicos e operacionais. Fundamentos fracos podem levar a obtenção de lucros mais baixos, perdas e, eventualmente, um não cumprimento das obrigações financeiras.

4.3 RISCO E RETORNO NA GESTÃO FINANCEIRA

Não se pode eliminar o risco, mas pode gerenciá-lo, mantendo uma carteira diversificada de ações, títulos e outros ativos. A composição da carteira deve ser consistente com seus objetivos financeiros e tolerância para o risco. Os retornos de investimento tendem a ser mais altos para ativos mais arriscados. Por exemplo, contas de poupança, certificados de depósito e títulos do tesouro tem taxas de retorno mais baixas porque são investimentos seguros, enquanto retornos a longo prazo são mais altos para ações e outros ativos mais arriscados.

Na gestão financeira de uma empresa, o risco e retorno deve ser lidado da mesma maneira. Por exemplo, ao investir em um novo funcionário, é importante que ele passe por um processo seletivo rigoroso e um treinamento adequado, garantindo que ele seja a melhor adição possível para a empresa. No caso da compra de equipamentos, a empresa pode garantir um treinamento aos funcionários para tirar o máximo do equipamento, ou aperfeiçoar processos de produção que possam

compensar a falta do equipamento, no caso dele apresentar defeitos e precisar de reparos.

Para quem está iniciando o investimento por agora, o entendimento claro da relação entre risco e retorno é muito importante para evitar insatisfação nos investimentos. Infelizmente não é possível esperar grandes rentabilidades sem se arriscar.

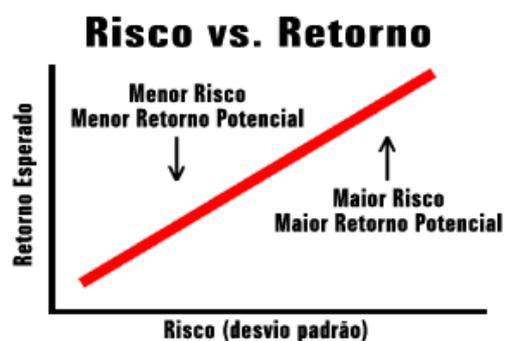
Uma das coisas mais importantes que um investidor deve saber é que não existe retorno sem risco, ou seja, quanto maior (menor) o risco de um determinado investimento, maior (menor) o retorno esperado.

Risco é a probabilidade de o retorno efetivamente ocorrido em um investimento ser diferente do retorno previamente esperado por este investimento.

A relação risco versus retorno pode ser considerada “o teste da noite bem dormida”. Dizemos isso porque a mais importante decisão de investimentos que você faz é escolher o nível de risco que você está disposto a correr estando confortável com as flutuações de curto prazo deste investimento.

O grau de incerteza está associado ao risco sobre o investimento no futuro. Quanto maior o grau de incerteza, maior o risco e maior o retorno esperado e vice-versa. Todo bom investidor, deve escolher suas aplicações entre o maior retorno possível e menor risco possível. Esta possibilidade de escolhas está representada no gráfico abaixo.

Figura 2 - Portal do Investidor



Fonte: Portal do Investidor (2017)

O início da reta vermelha representa ativos que costumam ser chamados de “Livres de Risco”. Este tipo de ativo para uma taxa conhecida como taxa livre de risco é geralmente representado por títulos do governo, pois estes apresentam baixo risco de inadimplência. No Brasil costuma-se considerar a caderneta de poupança, a Selic ou o CDI como a taxa livre de risco.

Conforme caminhamos para a direita na reta vermelha, o grau de incerteza perante o retorno esperado aumenta, pois estaríamos investindo em ativos de maior risco como fundos de investimento, títulos privados, dólar, ações, derivativos, etc.

É importante saber qual tipo nível de risco é o mais adequado. Uma regra geral é: Caso o indivíduo esteja tendo ataques de ansiedade toda vez que seus investimentos se movem para cima ou para baixo, então provavelmente você deve considerar reduzir o risco a que está exposto.

4.4 COMO DIMINUIR O RISCO

É possível diminuir o risco dos investimentos através da diversificação. Diversificar significa combinar em uma mesma carteira de investimentos ativos com características diferentes, pois ativos com características distintas tendem a obter retornos distintos e a seguir diferentes tendências. O objetivo da diversificação é conseguir os melhores retornos potenciais para um determinado nível de risco.

O efeito da diversificação ocorre conforme adicionamos ativos com características distintas a uma carteira de investimentos, reduzindo-se a chance de que uma eventual perda em um dos ativos ou um fato gerador de perdas ocasione perdas na totalidade de sua carteira. Vale destacar que a diversificação é eficaz até mesmo dentro de um mesmo mercado, como a bolsa de valores, bastando para isso que se escolha empresas de diferentes setores e que sejam afetadas por diferentes fatores econômicos, internacionais, entre outros.

Porém, a melhor estratégia para diminuir o risco é estudar e conhecer bastante o mercado que o investidor pretende investir. Mesmo nos títulos públicos, que possuem baixo risco, existem rentabilidades diferentes de acordo com o título escolhido.

5 OPÇÕES DE INVESTIMENTO

A seguir são apresentadas as principais opções de investimento para Pessoa Física (PF) e suas principais características, de forma que o investidor possa ter uma visão geral das alternativas antes de se aprofundar naquelas que atendam melhor às suas expectativas, depois de verificadas as variáveis explicadas na seção anterior. Não existe o melhor investimento, mas sim o investimento mais adequado para atingir os objetivos pessoais.

É importante destacar que existem diversos outros produtos, além dos que serão mencionados, que o mercado financeiro oferece, tais como clubes de investimento, debêntures, títulos de capitalização e previdência privada. Existem também outros mercados que oferecem opções de investimento distintas como câmbio, ouro, imóveis, mercado empresarial.

De acordo com MACEDO JUNIOR. (2007), os investimentos realizados no mercado financeiro geralmente são divididos em duas categorias: renda fixa e renda variável. Nos investimentos em renda fixa, a remuneração, ou sua forma de cálculo, é previamente definida no momento da aplicação. Ao investir os recursos em um título de renda fixa, seja ele emitido pelo governo ou por uma empresa privada, empresta-se a quantia investida ao emissor do título para, em troca, depois de certo período, receber o valor aplicado acrescido de juros pagos como forma de remuneração de seu empréstimo.

Nos investimentos em títulos de renda variável, o investidor não tem como saber, antecipadamente, qual será a rentabilidade do capital investido. Todavia, se a escolha for feita com critério, diante de opções bem avaliadas e com diversificação os investimentos, a aplicação em renda variável tende a proporcionar ao investidor um retorno maior do que o obtido em aplicações de renda fixa. Geralmente, investimentos em renda variável são recomendados para longo prazo e para investidores com mais tolerância às variações de preço dos títulos, muito comum nesse tipo de mercado.

5.1 TITULOS DE RENDA FIXA

O termo Renda Fixa se refere aos títulos emitidos por bancos, empresas ou Governo, para investidores pessoas físicas, a fim de captar recursos que serão utilizados para custear atividades ou projetos.

É o tipo de investimento cuja remuneração ou sua forma de cálculo é conhecida no momento da aplicação. Os investimentos de renda fixa são, portanto, menos arriscados e recomendados para os investidores de perfil conservador.

Em geral os ativos de renda fixa são títulos de dívida, isto é, o investidor empresta o dinheiro a um emissor, ganhando o direito de receber em uma data determinada o capital investido acrescido de juros.

Entretanto, os investimentos de renda fixa não são imunes a riscos. Existe a possibilidade de o emissor do título não cumprir com a obrigação assumida, ou seja, dar um calote. Felizmente isso é algo muito raro de acontecer. Alguns investimentos como a poupança, o CDB, LCI e LCA contam com a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que garante que o investidor receba seu dinheiro mesmo no caso da falência do banco emissor.

O Portal do investidor (2017), informa que ao investir recursos em um título de renda fixa, seja ele emitido pelo governo ou por uma empresa privada, empresta-se a quantia investida ao emissor do título para, troca, depois de certo período, receber o valor aplicado acrescido de juros pagos como forma de remuneração de seu empréstimo.

Os títulos de renda fixa podem ainda ser subclassificações em dois outros grupos:

Pré-Fixados: o investimento pré-fixado é aquele em que já se sabe de antemão a rentabilidade exata do título. Como por exemplo, cada título de Tesouro Prefixado (antiga LTN) negociado no Tesouro Direto valerá R\$1.000,00 na data de vencimento. Então se você o comprar hoje por R\$800,00, já saberá que ele irá valer R\$1.000,00 na data de vencimento.

Pós-Fixados: nos investimentos pós-fixados não se sabe a rentabilidade do título, apenas a forma de cálculo da rentabilidade. Os títulos pós-fixados estão atrelados a algum índice que pode ou não sofrer oscilações. Por exemplo, o Tesouro Selic (antiga LFT) também negociado no Tesouro Direto está atrelado a taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Ou seja, a rentabilidade desse título varia de acordo com a taxa Selic.

5.1.1 Caderneta de poupança

“A caderneta de poupança é um investimento tradicional, conservador e muito popular entre investidores de menor renda” (Portal do Investidor, 2017).

É um investimento de baixo risco em renda fixa. Possui rentabilidade definida em 0,5% ao mês mais variação de Taxa Referencial (TR). A caderneta de poupança paga os juros na data de aniversário da aplicação, ou seja, no mesmo dia em que foi efetuado a aplicação. Só irá render aquele dinheiro que ficou paralisado na conta entre dois aniversários, ou seja, um mês completo. Ao sacar o dinheiro antes do aniversário, não são recebidos os juros mensais referentes ao valor sacado.

Investimento de liquidez imediata, as quantias depositadas podem ser resgatadas a qualquer momento. Entretanto, os valores mantidos por mesmos de um mês não recebem nenhum retorno(juros).

Não há incidência de imposto de imposto de renda de pessoa física e existe a compensação da CPMF para aplicações que permaneçam por três meses. Desse modo, na maioria das Instituições Financeiras, aplicação inicial é irrisória e não existe um valor mínimo para movimentação e resgate.

De acordo com o site Valor Econômico(2017), “a caderneta de poupança marcou o terceiro mês consecutivo com captação líquida de recursos. Segundo o Banco Central (BC), os ingressos líquidos somaram R\$ 2,335 bilhões em julho, após entrada de R\$ 6,089 bilhões em junho de 2017. Esse é o melhor resultado para o mês desde de 2014, quando o ingresso somou R\$ 4,028 bilhões. Também é a primeira vez desde 2014”.

“A Caixa Econômica Federal é o maior depositário e incentivador desse tipo de investimento, havendo ganhado por vários anos o prêmio Top ofMind no segmento poupança”, ressalva (QUERO FICAR RICO.COM, 2017).

5.1.2 Certificado de depósito bancário

O significado da sigla é Certificado de Depósito Bancário. Para entender o que isso significa, é preciso entender a principal (e mais lucrativa) atividade de um banco: pegar dinheiro emprestado para emprestar.

Os bancos podem emprestar boa parte do dinheiro que depositamos à vista ou a prazo. Depósito à vista é o valor que deixamos em nossa conta corrente. Existe um valor máximo para o banco emprestar esse dinheiro, mas, em compensação, ele não nos remunera por isso.

Já nos depósitos a prazo (CDBs), concedemos determinado valor para o banco por um prazo previamente acordado e ele nos devolve esse montante acrescido de uma taxa de juros (pré ou pósfixada, assim como no Tesouro Direto). É assim que funciona um CDB.

O CDB foi regulamentado pelo artigo 30 da Lei Nº 4.728, de 14 de julho de 1965 (Lei do Mercado de Capitais). Entretanto os bancos só foram autorizados a emití-los em 1966, através do Decreto-lei Nº 14, de 29 de julho de 1966.

5.1.3 Letra de crédito imobiliário (LCI)

LCI (Letra de Crédito Imobiliário) são papéis de renda fixa lastreados em créditos imobiliários garantidos por hipotecas ou por alienação fiduciária de um bem imóvel e que dão aos seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e atualização monetária, se for o caso.

De maneira mais simples, significa que as instituições financeiras autorizadas a emitirem LCIs usam parte de suas carteiras de créditos imobiliários como garantia

para uma aplicação que pode ser oferecida a seus clientes. Os recursos aplicados, por sua vez, são direcionados para financiamentos habitacionais.

Os bancos comerciais, múltiplos, a Caixa Econômica Federal e demais instituições que têm autorização do Banco Central para realizar operações de crédito imobiliário poderão emitir LCIs, cuja contratação deve ser, obrigatoriamente, registrada na Cetip.

Ou seja, estas instituições financeiras utilizam parte de suas carteiras de créditos imobiliários como lastro para uma aplicação financeira que pode ser oferecida a seus clientes. Os recursos aplicados, desta forma, são direcionados para financiamentos habitacionais.

As LCI's podem ser garantidas por um ou vários créditos imobiliários, mas a soma do principal das letras emitidas não pode exceder o valor total dos créditos imobiliários detidos pela instituição que a emitiu.

5.1.3.1 Prazos

O prazo de vencimento destes papéis é limitado pelo prazo das obrigações imobiliárias que serviram de base para o seu lançamento. Vale lembrar que os créditos dados em caução de determinada LCI podem ser substituídos por outros da mesma natureza, o que poderia acontecer, por exemplo, no caso de vencimento antecipado ou liquidação antes do prazo das operações imobiliária dada em garantia.

No caso da Caixa Econômica Federal, atualmente a instituição mais ativa em crédito imobiliário no Brasil, o prazo mínimo dessa aplicação é de dois meses e o máximo de 24 meses (2 anos).

5.1.3.2 Tributação

Essa é a grande vantagem das LCIs. Desde 2004 a remuneração é isenta de Imposto de Renda para pessoas físicas e condomínios de edifícios residenciais ou comerciais. Já para pessoas jurídicas a tributação vai em linha com a de renda fixa, começando com alíquotas de 22,5% para aplicações de até 180 dias, até 15% para prazos superiores a 720 dias.

5.1.3.3 Aplicação mínima

Uma das principais desvantagens do produto é o valor mínimo de investimento. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, que é conhecida por oferecer fundos de investimentos com valores mínimos inferiores a outras instituições, somente disponibiliza as LCIs para investidores com aplicação mínima de R\$ 30 mil.

Assim, apesar de ser um produto de baixo risco, indicado para investidores mais conservadores – em linha com o perfil atual da caderneta de poupança – as LCIs atualmente estão disponíveis apenas para investidores com grandes montantes para aplicar.

Ainda utilizando a Caixa como exemplo, o valor aplicado deve obrigatoriamente corresponder a múltiplos de R\$ 1.000,00. Portanto, todas as aplicações em LCI CAIXA deverão ser feitas em múltiplos deste valor.

Aplicação Mínima – R\$ 30.000,00

Aplicação Complementar Mínima – R\$ 30.000,00

Resgate Mínimo – R\$ 5.000,00

Saldo Mínimo – R\$ 30.000,00

Para melhor entendimento, segue abaixo um exemplo prático de como funciona o LCI. Digamos que uma determinada LCI garanta 90% do CDI. Alguns podem dizer que conhecem CDBs que garantam 95%, 100% ou até mais que isso do CDI. Entretanto, o grande diferencial está na isenção do imposto de renda. Ou seja, ela

garante líquido 90% do CDI. Vejamos quanto o CDB deveria pagar, no mínimo, para se igualar a LCI:

Quadro 1 – IR sobre o Rendimento

Prazo	CDI líquido	IR (alíquota)	Taxa bruta equivalente
Até 180 dias	90%	22,5%	116,13%
De 181 a 360 dias	90%	20%	112,50%
De 361 a 720 dias	90%	17,50%	109,09%
Acima de 720 dias	90%	15%	105,88%

Fonte: <http://mepoupenaweb.uol.com.br/simulador-cdb-prefixado/>

Ou seja: para CDB remunerar com uma taxa de 90% do CDI em 6 meses, ele deve prometer 116,13% do CDI. Descontado o imposto de renda, alcançamos esse valor.

Para investir em LCI não é necessário ser correntista da caixa, apenas ser correntista em qualquer banco, e se dirigir a uma agência da Caixa de posse de identidade, CPF e comprovante de residência, para abrir apenas uma conta-investimento.

Além de receber extratos mensais dos investimentos através dessa conta-investimento, você também terá acesso à internet banking do banco, facilitando ainda mais o acompanhamento e novas aplicações.

5.1.4 Letras de crédito do agronegócio (LCA)

Letras de Crédito do Agronegócio. Título vinculado a direitos creditórios de negócios entre produtores rurais, suas cooperativas e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos.

A LCA é um título emitido por uma instituição financeira. É utilizado para captar recursos para participantes da cadeia do agronegócio. Criados pela Lei nº 11.076, esses papéis têm como um de seus atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de Imposto de Renda. Outro diferencial é o fato de as LCA's emitidas a partir de 23 de maio de 2013 terem cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) até o limite estabelecido pelo Fundo para recursos numa mesma instituição. O prazo mínimo varia de acordo com o indexador que possui. Para a Taxa DI-Cetip é de 90 dias.

O risco primário da LCA é da instituição financeira. Na inadimplência do banco, o lastro está penhorado por lei ao investidor final que pode requisitar sua propriedade ao juiz quando o banco não pagar o ativo.

Na Cetip, para registrar a LCA, a instituição financeira emissora deve fazer o devido registro do lastro, sendo a responsabilidade pela gestão e suficiência dos lastros do emissor do título.

Um dos diferenciais das LCAs registradas na Cetip é a gama de lastros (garantias) que podem ser atrelados a elas. Como lastro, entende-se os direitos creditórios vinculados a produtores rurais, suas cooperativas, e terceiros, inclusive empréstimos e financiamentos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados nesse setor.

Entre os exemplos de instrumentos que servem como lastro dessas operações: Cédula de Produto Rural (CPR), notas promissórias rurais, CRH – Cédula Rural Hipotecária, CRPH – Cédula Rural Pignoratícia Hipotecária, o CCB de origem do agronegócio, a NCE – Nota de Crédito à Exportação, a CCE – Cédula de Crédito à Exportação, o CDA/WA – Certificado de Depósito Agropecuário, o Warrant Agropecuário e a NCR – Nota de Crédito Rural. O Contrato Mercantil também pode ser usado como lastro.

Outra funcionalidade é o Lastro Revolvente, que possibilita gestão de lastros de ciclo curto que sejam integrantes de uma cesta de garantias. Ou seja, aqueles com vencimento inferior ou igual à data de vencimento do título, cuja produção se esgota

antes do prazo das respectivas LCA's. Por meio dele é possível gerenciar alguns lastros de forma mais otimizada, renovando-os conforme o comportamento da produção, e alongando o papel.

O benefício desse rol de títulos disponíveis para lastro de LCA contribui para o desenvolvimento desse mercado.

5.1.5 Letra hipotecária (LH)

A letra hipotecária nada mais é do que um título de dívida, e ela são emitidas e oferecidas aos investidores por instituições financeiras que são autorizadas a conceder créditos imobiliários, e é um título garantido por créditos imobiliários de primeira hipoteca. Ele vai funcionar como um empréstimo que aquele investidor realiza a uma instituição financeira, que tem como objetivo a remuneração no final do período do acordo. São geralmente atrativas para aqueles investidores com um perfil menos agressivo e com recursos financeiros disponíveis para investimento.

São usadas pelos bancos como forma de captação, para a formação de linha de crédito imobiliário, e podem ser emitidos com juros pós ou pré-fixados. Elas são sempre emitidas com os vencimentos pré-estabelecidos, com um prazo mínimo de 180 dias (6 meses) e uma prazo máximo, em média, de 24 meses.

A Caixa Econômica Federal é hoje a maior emissora desse tipo de investimento no país, mas outras instituições também trabalham bastante com letras hipotecárias. Temos como exemplos os Bancos Múltiplos com Carteira de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e Empréstimo, Sociedades de Crédito Imobiliário e Companhias Hipotecárias. Cada instituição terá suas próprias regras e peculiaridades no que trata da contratação das letras hipotecárias, mas no geral a situação do investimento em risco e liquidez continua praticamente a mesma.

As principais instituições geralmente ofertam as letras hipotecárias com base na TR + taxas de juros, e esses juros são definidos já na contratação do produto. Essa taxa de juros pode sofrer mudanças de acordo com a empresa que oferece o investimento, e pode também ser fixada com base nos índices de preços do IPCA e IGP-M, prática muito comum nos dias de hoje.

Esse é um investimento de risco moderado, e que é muito buscado por diversos investidores, principalmente pelas baixas taxas de juros incidentes no cenário atual. Dessa forma, é necessária uma aplicação com um prazo maior de vencimento e com um risco maior, para que a liquidez desejada seja obtida.

Os riscos das letras hipotecárias podem vir ainda a se tornar baixos de ele for contratado em instituições com boa reputação e solidez no mercado. Esse investidor só perderá o recurso que foi aplicado no caso de falência da instituição que recebeu o seu aporte, e mesmo assim há a garantia remanescente do crédito imobiliário. Por isso, a escolha da instituição em que será realizado o investimento é de suma importância para minimizar os riscos e conseguir bons resultados, principalmente no caso de grandes investimentos e em épocas de turbulência no mercado.

Não é recomendado ao investidor aplicar valor de emergência em investimentos como as letras hipotecárias, já que haverá certamente uma perda considerável de rentabilidade, além do fato de ter que aguardar no mínimo seis meses para que valor seja mesmo resgatado. O contratante deve verificar muito bem os prazos e taxas incidentes no seu investimento, já que se esse tipo de aplicação não for realizado com muita consciência, esse investimento não irá gerar os lucros desejados. Analise com calma os prazos do investimento e as condições do contrato, linha por linha.

5.1.6 Letras do Tesouro Nacional (LTN)

As LTN's são as Letras do Tesouro Nacional. É um dos muitos tipos de títulos públicos que qualquer investidor pode adquirir através do Tesouro Direto. Ao adquirir um título público, o investidor está emprestando dinheiro ao governo e recebe o valor corrigido depois de alguns meses ou anos. Trata-se do investimento mais seguro, visto que é garantido pelo próprio Tesouro Nacional, entidade que emite nossa moeda.

As LTNs – atualmente disponíveis com vencimento para os anos de 2018 e 2021 – tem rendimento pré-fixado. Ou seja: você sabe exatamente quanto vai receber quando do vencimento do título

5.1.6.1 Características

- o investidor sabe exatamente a rentabilidade a ser recebida até a data de vencimento;
- o investidor sabe exatamente o valor bruto, em reais, a ser recebido por unidade de título na data de vencimento (R\$ 1.000,00):
- tem fluxo simples: uma aplicação e um resgate;
- maior disponibilidade de vencimentos para a negociação no Tesouro Direto;
- indicado para o investidor que acredita que a taxa prefixada será maior que a taxa de juros básica da economia naquele mesmo prazo do título.



Quadro 2 – Fluxo de Pagamento Simples

Fonte: <https://clubedovalor.com.br/tesouro-prefixado-ltn/>

5.1.7 Bônus do Tesouro Nacional (BTN)

O Bônus do Tesouro Nacional (BTN), na prática, expressava a variação inflacionária medida pelo IPC - Índice de Preços ao Consumidor IBGE.

Era uma espécie de "moeda" que facilitava cálculos de correção monetária, sendo que o seu valor nominal estava em paridade com o padrão monetário Cruzado Novo, sendo que o título entrou em substituição as antigas OTN's.

Tanto o BTN como o IPC foram extintos em janeiro de 1991

O BTN foi criado com a finalidade de prover o Tesouro Nacional de recursos necessários à manutenção do equilíbrio orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação de receita

O BTN podia ser emitido, ainda, para troca voluntária por Bônus da Dívida Externa Brasileira, objeto de permuta por dívida externa do setor público, registrada no Banco Central do Brasil

A atualização nominal do BTN se dava mensalmente pelo IPC.

Lei Federal Brasileira nº 7.777, de 01/06/1989 (criação)

Lei Federal Brasileira nº 8.177, de 01/03/1991 (extinção)

5.2 TITULOS DE RENDA VARIÁVEL

É o tipo de investimento cuja sua fórmula de cálculo ou retorno não é conhecida no momento da aplicação. Os investimentos de renda variável são, portanto, mais arriscados e recomendados para investidor de perfil dinâmico.

O investimento no mercado de ações é a forma mais conhecida de renda variável, por exemplo. Os preços das ações estão sofrendo constantes variações refletindo os interesses distintos dos agentes do mercado.

Diferente da renda fixa, onde o investidor não perde o capital investido inicialmente, mesmo havendo o risco de os juros serem muito baixos, na renda variável os juros podem ser negativos, ou seja, o investidor pode perder parte do capital inicialmente investido.

No entanto, mesmo tendo maior risco, o investimento na renda variável permite retornos muito maiores do que os da renda fixa.

O Portal do investidor (2017), nos investimentos em títulos de renda variável, o investidor não tem como saber, previamente, qual será a rentabilidade da aplicação. Porém, se a escolha for feita com critério, diante de opções bem avaliadas e com diversificação dos investimentos, aplicação em renda variável tende a proporcionar

ao investidor um retorno maior do que o obtido em aplicações de renda fixa. Geralmente, investimentos em renda variável são recomendados para prazos mais longos e para investidores com mais tolerância as variações de preço dos títulos, muito comuns nesse mercado.

5.2.1 Ações

HALFELD(2004) conceitua ações como títulos negociáveis que representam parcela mínima do capital de uma empresa. O mesmo autor define Bolsa de Valores como uma associação, sem fins lucrativo, que reúne corretores, intermediários no processo de comprar e vender ações. Corretoras de Valores, conforme definido no site da Bovespa(2017), são instituições autorizadas a funcionar pelo Banco do Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (CMV). Somente as corretoras estão credenciadas a executar operações de compra e venda de ações na BOVESPA.

Na bolsa de valores, os corretores executam ordens de compra e venda dada por seus clientes, os investidores (LUQUET,2000).

As ações são consideradas de renda variável, com isso, seu risco é alto. Como o risco está diretamente relacionado à rentabilidade, os ganhos também podem ser elevados. Parte da rentabilidade advém da posse da ação, composta de dividendos ou participação nos resultados e benefícios concedidos pela empresa, outra parte advém do eventual ganho de capital na venda da ação.

Assim, indica-se comprar a ação quando ela está em baixa (preço baixo) e vendê-la quando estiver em alta. A dificuldade está em identificar esses momentos.

A alíquota do imposto de renda sobre os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores é de 15 %. Todavia, ficam isentos do imposto os ganhos havidos em vendas mensais iguais ou inferiores a R\$ 20.000,00 por pessoa física em operações no mercado avista de ações.

Para investir na Bolsa de Valores, o investidor deve procurar uma corretora e contratar seus serviços, considerando aspectos como solidez e custos. Geralmente, as corretoras cobram uma taxa para manutenção da conta e taxa de corretagem a cada compra ou venda de título. No site www.bovespa.com.br estão cadastradas as

corretoras. Após abrir a conta na corretora, o investidor deve realizar um depósito para poder realizar a compra de ações.

Em seguida, escolhe as ações de deseja adquirir e transmite a ordem de compra a corretora. Não existe um valor mínimo exigido para investir na Bolsa. Isso varia em função do preço das ações que deseja comprar e da corretora escolhida.

Existem dois tipos de ações negociadas no mercado. As ações ordinárias, elas concedem aquelas que as possuem o poder de voto nas assembleias deliberativas da companhia; e as ações preferenciais, que oferecem preferência na distribuição de resultados ou no reembolso do capital em casa de liquidação da companhia, não concedendo o direito de voto, ou restringindo-o. Verifica-se o tipo na notação ON ou PN depois do nome da empresa.

MACEDO JUNIOR(2007), recomenda escolher empresa que participem da lista da Bovespa ou IBX, pois são empresas de alta liquidez (muito negociadas). Outra estratégia que o autor coloca é selecionar empresas que respeitem o acionista. Um bom indicador para isso são os níveis diferenciados de governança corporativa.

Práticas de governança corporativa incluem transparência, prestação de contas e integridade. A bolsa de Valores de São Paulo estabeleceu três níveis: nível 1, nível 2 e Novo Mercado. Neste último, as companhias se comprometem adotar práticas adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Quando o investidor compra ações na Bolsa de Valores, ele não sabe de quem está comprando e quem está vendendo. Para viabilizar esse tipo de transação MACEDOJR. (2007) explica que existe a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). A corretora que vendeu as ações retira as ações de sua conta e as transfere também para a CBLC. Dois dias após o negócio, ocorre a liquidação, quando a CBLC transfere o dinheiro para a conta do vendedor, e as ações, para a conta do comprador.

Ganhos a curto prazo não devem ser a expectativa de quem decide investir em ações, afirma o site da BOVESPA(2017). É aconselhável que o investidor não dependa do recurso aplicado em ações para gastos imediatos e que tenha um horizonte de investimento de médio e longo prazos, quando eventuais

desvalorizações das ações poderão ser revertidas. Além disso, HALFELD (2004) coloca a importância da diversificação na compra de ações.

5.2.2 Derivativos

Derivativos são aplicações financeiras que “derivam” de outros valores e por isso têm esse nome. Em geral, são negociados sob a forma de contratos padronizados, isto é, previamente especificados (quantidade, qualidade, prazo de liquidação e forma de cotação do ativo-objeto sobre os quais se efetuam as negociações), em mercados organizados, com o fim de proporcionar, aos agentes econômicos, oportunidades para a realização de operações que viabilizem a transferência de risco das flutuações de preços de ativos e de variáveis macroeconômicas.

No mercado de câmbio, por exemplo, os derivativos são aplicações que derivam do valor do dólar.

Há vários tipos de operações, mas três são muito conhecidos: mercado a termo, mercado futuro e mercado de opções:

Mercado a termo: duas pessoas assumem compromisso de compra ou venda de dólares em determinada data futura, a um preço determinado. O compromisso é cumprido na data marcada.

Mercado Futuro: um investidor pode comprar um contrato de venda ou de compra de dólar a determinado preço em determinada data, mas pode vendê-la a outro investidor antes do prazo estabelecido, o que aumenta o número de negócios e, portanto, a liquidez desse mercado.

Mercado de Opções: neste caso o investidor compra o direito de comprar ou vender dólares por um determinado preço numa determinada data. Ele paga uma quantia por esse direito, mas não é obrigado a exercê-lo. Por outro lado, quem vendeu a opção é obrigado a cumprir o acordo, caso o comprador queira executar a operação.

Os derivativos são negociados principalmente com duas funções: proteger-se de uma variação no preço de um ativo ou simplesmente obter lucros o que se costuma chamar de especulação.

Na primeira função, por exemplo, uma empresa com dívidas em dólar a serem pagas em seis meses pode garantir, desde então, a cotação do dólar, comprando um contrato no mercado futuro por um valor que lhe seja favorável.

Na segunda função, a possibilidade de ganhos com derivativos aumenta porque é possível arriscar num determinado resultado sem possuir todos os recursos envolvidos na operação.

5.2.3 Câmbio

Câmbio é a operação de troca de moeda de um país pela moeda de outro país. Por exemplo, quando um turista brasileiro vai viajar para o exterior e precisa de moeda estrangeira, o agente autorizado pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio recebe do turista brasileiro a moeda nacional e lhe entrega (vende) a moeda estrangeira. Já quando um turista estrangeiro quer converter moeda estrangeira em reais, o agente autorizado a operar no mercado de câmbio compra a moeda estrangeira do turista estrangeiro, entregando-lhe os reais correspondentes.

No Brasil, o mercado de câmbio é o ambiente onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Banco Central e entre estes e seus clientes, diretamente ou por meio de seus correspondentes.

O mercado de câmbio é regulamentado e fiscalizado pelo Banco Central e compreendem as operações de compra e de venda de moeda estrangeira, as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no País e residentes, domiciliados ou com sede no exterior e as operações com ouro-instrumento cambial, realizadas por intermédio das instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central, diretamente ou por meio de seus correspondentes.

Incluem-se no mercado de câmbio brasileiro as operações relativas aos recebimentos, pagamentos e transferências do e para o exterior mediante a utilização de cartões de uso internacional, bem como as operações referentes às transferências financeiras postais internacionais, inclusive vales postais e reembolsos postais internacionais.

À margem da lei, funciona um segmento denominado mercado paralelo. São ilegais os negócios realizados no mercado paralelo, bem como a posse de moeda estrangeira oriunda de atividades ilícitas.

Podem ser autorizados pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio: bancos múltiplos; bancos comerciais; caixas econômicas; bancos de investimento; bancos de desenvolvimento; bancos de câmbio; agências de fomento; sociedades de crédito, financiamento e investimento; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio.

Esses agentes podem realizar as seguintes operações:

- a) bancos, exceto de desenvolvimento, e a Caixa Econômica Federal: todas as operações previstas para o mercado de câmbio;
- b) bancos de desenvolvimento; sociedades de crédito, financiamento e investimento e agências de fomento: operações específicas autorizadas pelo Banco Central;
- c) sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio: operações de câmbio com clientes para liquidação pronta de até US\$100 mil ou o seu equivalente em outras moedas; e operações no mercado interbancário, arbitragens no País e, por meio de banco autorizado a operar no mercado de câmbio, arbitragem com o exterior.

Além desses agentes, o Banco Central também concedia autorização para agências de turismo e meios de hospedagem de turismo para operarem no mercado de câmbio. Nos dias atuais, não se concede mais autorização para esses agentes, permanecendo ainda apenas aquelas agências de turismo cujos proprietários pediram ao Banco Central autorização para constituir instituição autorizada a operar em câmbio. Enquanto o Banco Central está analisando tais pedidos, as agências de turismo ainda autorizadas podem continuar a realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem, relativamente a viagens internacionais.

As instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio podem contratar correspondentes (pessoas jurídicas em geral) para a realização das seguintes operações de câmbio:

- a) execução ativa ou passiva de ordem de pagamento relativa a transferência unilateral (ex.: manutenção de residentes, transferência de patrimônio, prêmios em eventos culturais e esportivos) do ou para o exterior, limitada ao valor equivalente a US\$ 3 mil dólares dos Estados Unidos, por operação;
- b) compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheque ou cheque de viagem, bem como carga de moeda estrangeira em cartão pré-pago, limitada ao valor equivalente a US\$ 3 mil dólares dos Estados Unidos, por operação; e
- c) recepção e encaminhamento de propostas de operações de câmbio.

5.2.4 Fundos de ações

De acordo com o PORTAL DO INVESTIDOR (2017), o fundo de ações são fundos constituídos com o objetivo de investir no mercado de ações. Portanto, têm como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado.

Devem investir no mínimo 67% do seu patrimônio em ações admitidas à negociação em mercado organizado ou em ativos relacionados, como bônus ou recibos de subscrição, certificados de depósito de ações, cotas de fundos de ações, cotas dos fundos de índice de ações e Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados com nível II e III.

Recursos remanescentes podem ser investidos em outros ativos financeiros, desde que respeitados os limites de concentração aplicáveis a todos os tipos de fundos.

O regulamento do fundo pode prever a possibilidade de que a parcela do patrimônio investida em ações, ou nos ativos relacionados, não se sujeite ao limite por emissor. Nessa hipótese, o termo de adesão deve conter alerta de que o fundo pode estar exposto a significativa concentração em ativos financeiros de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.

Os fundos de ações são mais indicados para objetivos de investimento de longo prazo e para investidores que estão dispostos a riscos, em troca de uma expectativa de rentabilidade mais elevada.

Dependendo das características dos ativos que integram a sua carteira, assim como da política de investimento, os fundos da classe “Ações” podem receber os seguintes sufixos:

Ações – BDR Nível I

Utilizado para os fundos de ações que incluem em sua carteira, entre os ativos que representam seu principal fator de risco e dentro dos 67% que precisam ser investidos em ações ou em ativos relacionados, os BDRs classificados como nível I.

Ações – Mercado de Acesso

Podem ser constituídos fundos de ações cuja política de investimento preveja que no mínimo 2/3 (dois terços) do seu patrimônio líquido seja investido em ações de companhias listadas em segmento especial de negociação voltado ao mercado de acesso, instituído por bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado e que assegure, contratualmente, práticas diferenciadas de governança corporativa.

Esses fundos devem receber o sufixo “Mercado de Acesso” e, se constituídos como condomínio fechado, podem investir até 1/3 (um terço) de seu patrimônio líquido em ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações de companhias fechadas, desde que elas adotem práticas de governança corporativa previstas na regulamentação.

Os fundos “Ações – Mercado de Acesso” devem participar do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na estratégia e na gestão.

6 SIMULAÇÕES DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Neste capítulo, são apresentadas simulações de resultados de investimento. “Pequenas quantidades poupadas na juventude transformam-se facilmente em

centenas de milhares de reais ao fim de trinta anos. Você deve colocar a mágica dos juros compostos trabalhando a seu favor o quanto antes”. (HALFELD,2004, P.103)

Os valores investidos variam de acordo com duas variáveis: tempo e taxa de juros. Quanto maior o período de tempo que o montante ficar aplicado maior será o retorno.

Observe que o Imposto de Renda é bastante inteligente. Imagine as dificuldades que a Receita Federal teria se deixasse para cobrar-nos o Imposto de Renda apenas uma vez no ano. Muitos de nós ficaríamos inadimplentes. Pensando nisso, ela criou a retenção do imposto retido na fonte. Assim, quando recebemos o nosso salário, ele já vem descontado do Imposto de Renda. Adaptamo-nos a isso, limitando nossos gastos aos vencimentos líquidos. (...). Use a mesma estratégia aplicada pelo imposto de Renda. Estabeleça um percentual de sua renda mensal e deposite esse valor em um investimento de longo prazo no mesmo dia de seu pagamento. Crie esse saudável, hábito imediatamente. (HALFELD, 2004,p.103).

As comparações foram elaboradas através do site TESOURO DIRETO (2017) e não foram utilizados todos os tipos de aplicações citados no capítulo anterior, que evidência os retornos com desconto do imposto de renda, desse modo foram analisados os principais tipos de investimento.

Desse modo, abaixo foram realizadas simulações de: Título, Poupança, CDB, LCI/LCA e Fundo Di, que são fundos que devem investir no mínimo 95% do seu patrimônio em Títulos Públicos atrelados à SELIC.

A taxa SELIC é a taxa que o governo paga a quem empresta dinheiro a ele, é a taxa básica da economia e funciona como referência para todos os tipos de juros.

Para realizar as simulações é necessário utilizar os Indexadores econômicos, que são índices de reajuste. As suas funções básicas, dependendo ao que se propõem, são corrigir a desvalorização da moeda, de acordo com o site investir.anbima.com.br os principais indexadores são: IBOVESPA, SELIC, DI, IPCA, IRF-M e IMA-B

Com este simulador do site TESOURO DIRETO, pode-se calcular a rentabilidade líquida do capital aplicado já com o Imposto de Renda descontado.

Nas tabelas o valor bruto refere-se ao montante do investimento antes da cobrança de impostos, taxas e custos. Exceção: o valor bruto do fundo DI considera o

desconto da taxa de administração, uma vez que sua rentabilidade é divulgada após a cobrança dessa taxa.

A rentabilidade líquida é aquela que efetivamente vai obter no final do seu investimento, já descontados impostos, taxas e custos

Logo em seguida o gráfico apresenta a evolução da simulação.

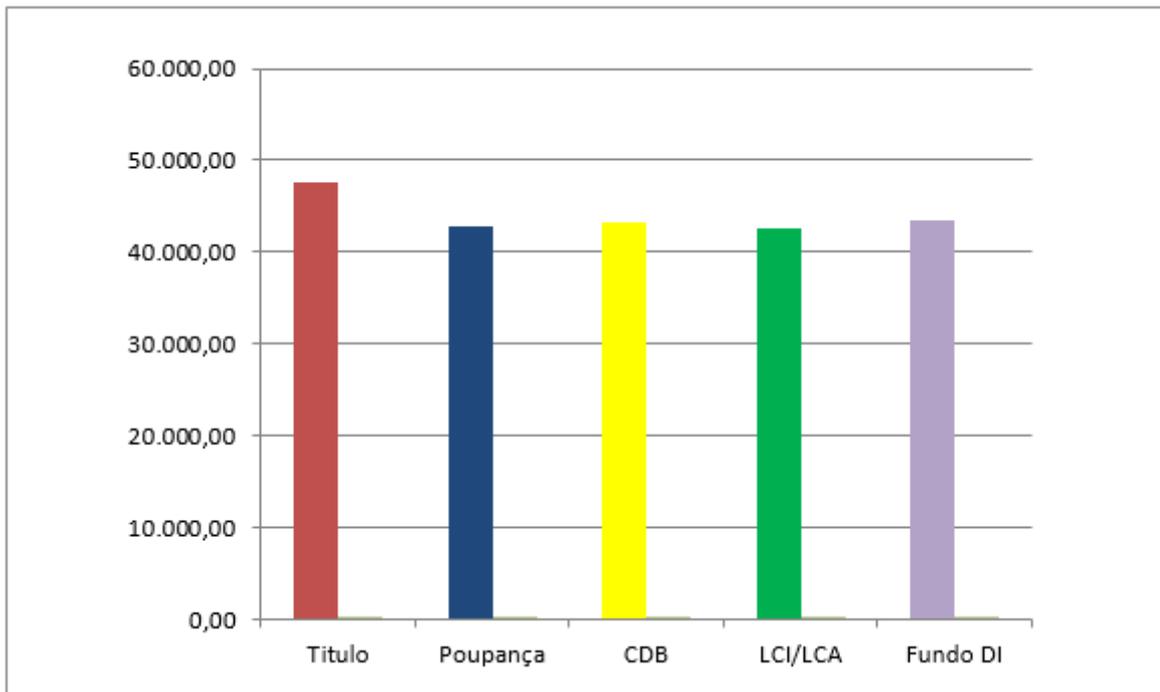
Na tabela 1, se o investimento inicial fosse de R\$ 5.000,00 e aporte mensal de R\$ 500,00, sendo aplicado em 10/2017 e resgatado em 10/2023, pode-se observar que quanto mais tempo o capital ficar aplicado, maior será o retorno e que o LCI/LCA é a aplicação que oferece o menor retorno e o Título ofereceu maior rentabilidade

Quadro 3 – Valor Futuro do Investimento com Capital de R\$ 5.000,00

Simulação de Investimento						
Data do Resgata: 01/2023						
Valor Aplicado: R\$ 5.000,00						
Aporte Mensal: R\$ 500,00						
Soma dos Valores Investidos: R\$ 36.000,00						
INVESTIMENTO	VALOR BRUTO DE RESGATE(R\$)	RENTABILIDADE BRUTA(a.a)	CUSTOS (R\$)	VALOR DO IR (R\$)	VALOR LIQUIDO DO RESGATE(R\$)	RENTABILIDADE LIQUIDA(a.a.)
Título	47.621,96	9,68%	557,37	1.779,46	45.187,67	7,86%
Poupança	42.757,22	5,92%	0,00	0,00	42.757,22	5,92%
CDB	43.277,00	6,36%	0,00	1.115,53	42.161,47	5,45%
LCI/LCA	42.474,96	5,71%	0,00	0,00	42.474,96	5,71%
Fundo DI	43.474,09	6,52%	0,00	1.125,34	42.225,50	5,51%

Fonte: Elaborada pela Autora

Quadro 4 –Valor Futuro do Investimento Demonstrado em Gráfico



Fonte: Elaborada pela Autora

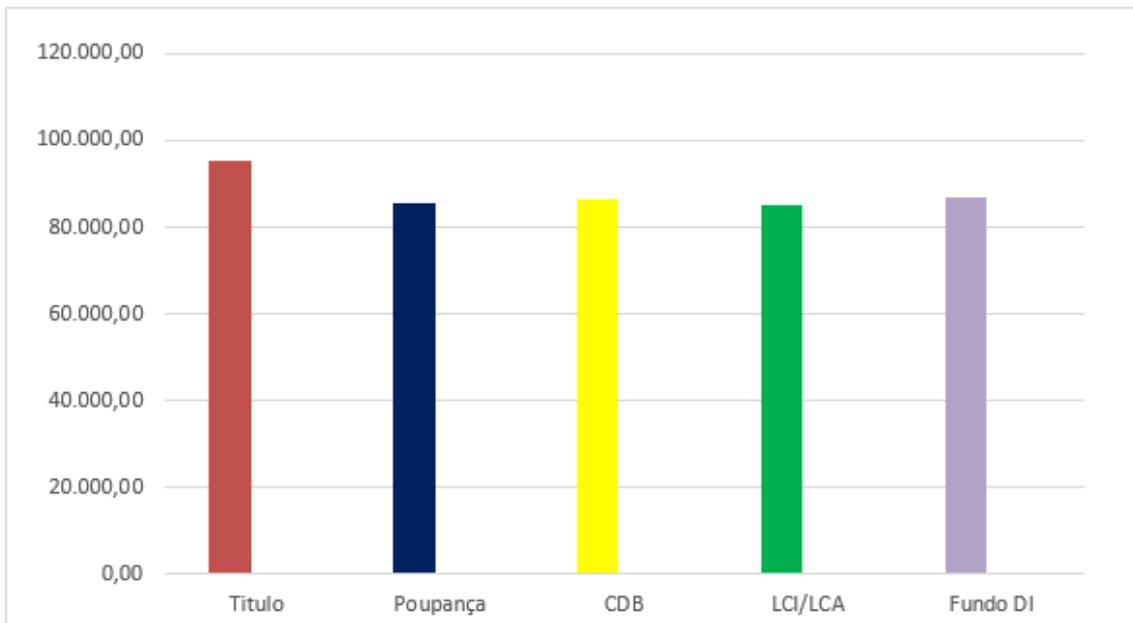
Se na tabela 2, o investimento inicial fosse de R\$ 10.000,00 e aporte mensal de R\$ 1.000,00, sendo aplicado em 10/2017 e resgatado em 10/2023, pode-se observar que quando maior o capital ficar aplicado, maior será o retorno e que o LCI/LCA é a aplicação que oferece o menor retorno e o Título ofereceu maior rentabilidade

Quadro 5 – Valor Futuro do Investimento com Capital de R\$ 10.000,00

Simulação de Investimento						
Data do Resgate: 01/2023						
Data da Aplicação: 10/2017						
Valor Aplicado: R\$ 10.000,00						
Aporte Mensal: R\$ 1.000,00						
Soma dos Valores Investidos: R\$ 72.000,00						
INVESTIMENTO	VALOR BRUTO DE RESGATE(R\$)	RENTABILIDADE BRUTA(a.a)	CUSTOS (R\$)	VALOR DO IR (R\$)	VALOR LIQUIDO DO RESGATE(R\$)	RENTABILIDADE LIQUIDA(a.a.)
Título	95.243,92	9,68%	1.118,15	3.559,23	90.371,08	7,86%
Poupança	85.514,44	5,92%	0,00	0,00	85.514,44	5,92%
CDB	86.554,00	6,36%	0,00	2.231,38	84.322,62	5,45%
LCI/LCA	84.949,92	5,71%	0,00	0,00	84.949,92	5,71%
Fundo DI	86.948,18	6,52%	0,00	2.252,86	84.448,62	5,51%

Fonte: Elaborada pela Autora

Quadro 6 – Valor Futuro do Investimento Demonstrado em Gráfico



Fonte: Elaborada pela Autora

Para realizar as simulações acima foram utilizados os seguintes parâmetros:

Rentabilidade Prefixada do Título: 9,68 % a.a.

Taxa Administrativa TD (banco/ corretora): 0,15 % a.a.

Rentabilidade LCI/LCA: 74% CDI a.a.

Taxa Administrativa Fundo DI: 0,00% a.a.

Expectativa IPCA: 3,87% a.a.

Taxa de Custódia TD (BM&BOVESPA): 0,30 % a.a.

Rentabilidade CDB: 82,00% do CDI a.a.

Expectativa taxa Selic: 7,60 % a.a.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar conceitos, instrumentos, informações de administração financeira pessoal e simulações de retorno de aplicações financeiras.

É possível afirmar que os objetivos foram alcançados, para tanto, buscou-se informações com diversos autores, sobre as principais opções de investimento que o mercado oferece.

O processo de gestão de finanças pessoais apresentado envolveu as etapas de organização, planejamento e decisão de investimento. MACEDO JUNIOR (2007), afirma que um bom planejamento pode ser o diferencial entre sonhadores e realizadores.

Nas decisões de investimento, o melhor produto é aquele que se encaixa ao perfil do investidor, não coloca em risco a saúde financeira individual e financia os objetivos estabelecidos no planejamento, ou seja, a opção correta varia de pessoa para pessoa.

O acompanhamento dos resultados das aplicações financeiras ocorre com o controle. Nessa etapa, são monitorados também o ativo e passivo, as entradas e saídas e fatores econômicos externos (taxas de juros, inflação, situação política), que afetam diretamente o ambiente interno, tratado aqui como a realidade financeira pessoal.

Ao que indica, para atingir a estabilidade financeira e realizar aplicações favoráveis, depende em grande parte, da administração pessoal. Com esse trabalho, procurou-se mostrar os vários tipos de aplicações, orientações sobre as mesmas e que é possível ter um bom retorno sabendo qual a melhor opção para cada perfil de investidor.

Deve-se efetuar o planejamento financeiro tendo em vista o intuito de proporcionar qualidade de vida, a fim de garantir que se tenha - hoje e no futuro – a segurança material e as condições para uma vida feliz, com realização pessoal e profissional.

O tema “finanças pessoais” vem ganhando cada vez mais destaque no mercado financeiro, com sites especializados, cursos sobre o tema, espaços reservados em importantes fontes de notícias, reforçando a relevância do assunto. SILVA(2004) coloca que as habilidades financeiras são necessárias não apenas para a sobrevivência, mas para o desenvolvimento pessoal. A busca constante da educação financeira é defendida por (HAFFELD, 2004).

A proposta deste trabalho também foi mostrar a importância de saber e conhecer o que é planejar e praticar esse conceito com disciplina e foco. Sugere que a pessoa experimente a rotina de gerir as finanças, para que assim possa vivenciar seus benefícios com bons resultados no futuro, vendo o dinheiro se capitalizar, evitar dívidas e oportunizar a realização de sonhos. Sabemos que o dinheiro é uma das coisas mais importantes para sobrevivência do ser humano, e quando se vê o capital rendendo juros numa instituição financeira a empolgação aumenta, assim tendo mais incentivo de poupar e aplicar, aumentando os ativos e realizando sonhos.

Gerenciar as finanças de forma eficiente é uma tarefa complicada, pois é um assunto que envolve um grupo familiar e no caso de empresas um grupo empresarial, pois são decisões que tem que ser tomadas para evitar o fracasso financeiro.

De acordo com as simulações realizadas o tipo de aplicação que tem maior rentabilidade é o Título, mais lembrando que depende de várias variáveis: mercado exterior e o dólar por exemplo. A poupança é uma aplicação para investidor mais conservador que não gosta de correr riscos, mesmo sabendo que a poupança tem uma das menores rentabilidade comparada a outros instrumentos financeiros.

O presente trabalho não se encerra por si mesmo, deixando espaço, para outras discussões ligadas ao tema, já que ele é complexo, exigindo, muitas ponderações. Por isso, espera-se que novos acadêmicos utilizem esse material como motivação para continuar estudando esse assunto que além de ser atual e que está em constantes modificações, pode trazer benefícios e subsídios importantes para alavancar a carreira profissional.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Isalva. **A Prática da educação financeira**. Disponível em <http://www.conpet.gov.br/artigo.php?segmento=&id_artigo=10>. Acesso em: 18 de outubro de 2017.
- ANBIMA. Média taxa de administração. Disponível em: <<http://portal.anbima.com.br/informacoes-tecnicas/relatorio/fundos/taxa-de-administracao/Documentos/201404.pdf>>. Acesso em 12 de outubro de 2017.
- BANCO DO BRASIL. Disponível em:< <http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 12 de outubro de 2017
- Bodie, Z., & Merton, R. C. (2002). **Finanças**. São Paulo: Bookman.
- BOVESPA. Disponível em:<<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 16 de outubro de 2017.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Perfil do investidor. Disponível em:<http://www11.caixa.gov.br/portal/public/investidor/investidor/invista/perfil_do_investidor>. Acesso em 12 de outubro 2017.
- CLUBE DOS POUPADORES. Disponível em:<<https://clubedovalor.com.br/tesouro-prefixado-ltn/>>. Acesso em 28 de outubro de 2017.
- COMO INVESTIR. **Análise de perfil do investidor**. Disponível em:www.comoinvestir.com.br/boletins-e-publicacoes/boletim-cmo-investir/Paginas/Voc%C3%AAconheceoseuladoinvestidoro.aspx. Acesso 12 de outubro de 2017.
- FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GALLAGHER, Lillian. **Como aumentar seu patrimônio**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social.5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Harbra, 1997. 588 p.
- GLOBO.COM. Dinheiro de plástico. Portal GLOBO.COM, seção Bom Dia Brasil, 31 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://.globo.com/Noticias?Economia/0,,MUL25209-5599,00.html>>. Acesso em: 18 de outubro de 2017.
- HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor o seu dinheiro**. 2 ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

KIYOSAKI, Robert. **Pai Rico, Pai Pobre**, 2002.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de finanças pessoais**. São Paulo: Globo, 2002

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro**: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ME POUPE. Disponível em: <<http://mepoupenaweb.uol.com.br/simulador-cdb-prefixado/>>. Acesso em 28 de outubro de 2017

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à Controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1993.

QUERO FICAR RICO. Disponível em: <<https://queroficarrico.com>>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTANDER. Perfil do investidor. Disponível em: http://www.santander.com.br/portal/gsb/gcm/package/asset_management/suitability_49179.zi/p/home.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em finanças pessoais**: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

STONER, JAMES A. F. FREEMAN, R Edwrad. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

TESOURO DIRETO. Disponível em: <https://simulador.tesourodireto.com.br/#/simulacao-resultado>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

ZDANOWICK, José Eduardo. Planejamento Financeiro e Orçamento. 2. ed. Porto Alegre: Sara, 1998

SITES CONSULTADOS

<https://www.cetip.com.br/renda-fixa/o-que-e-renda-fixa#>.

<http://viverdeinvestimento.com/basico/renda-fixa-e-renda-variavel>

<https://www.parmais.com.br/blog/o-que-e-renda-variavel/>

<http://www.financaspraticas.com.br/investir/como-investir-meu-dinheiro/dicas-de-investimento>

<http://tesourodiretosemsegredos.com.br/blog/renda-fixa-x-renda-variavel/>

<http://exame.abril.com.br/noticias-sobre/renda-variavel/>

<http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/renda-variavel-supera-mesmo-renda-fixa-de-baixo-risco-no-longo-prazo.html>

<https://www.creditooudebito.com.br/definicao-risco-retorno-administracao-financeira/>

http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Investindo/Conceitos_importantes.html (risco vs retorno)

<http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/analise-de-perfil-do-investidor#/> acesso em 18/09/2017

<https://genialinvestimentos.com.br/artigo/voce-sabe-o-seu-perfil-de-investidor-conheca-os>, acesso em 18/09/2017

https://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/asset_management/perfil_do_investidor_v7_92519.zip/como_funciona_pf.html, acesso em 18/09/2017

http://www.bertolo.pro.br/AdminFin/HTML/PERFIL_INVESTIDOR.htm, acesso em 18/09/2017

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33986705/FINPESSGratisInternet.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1505822269&Signature=7W48LbUeFjILLGHWoeD8gHkCFGU%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DFinancas_Pessoais_fundamentos_e_dicas.pdf, acesso em 19/09/2017

<http://conceito.de/financas>

<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/financas-pessoais.htm>

<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292625.pdf>

<http://www.dinheiropedia.com/gestao-financeira-pessoal/>

<https://www.nibo.com.br/blog/planejamento-financeiro-para-que-serve/>

<http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/investimentos/analise-de-perfil-do-investidor#/>

<https://www.cetip.com.br/renda-fixa/instrumentos-financeiros>

VALOR ECONOMICO. Disponível em: <http://www.valor.com.br>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

<http://viverdeinvestimento.com/basico/renda-fixa-e-renda-variavel>